

O último judeu dos Açores

The last Jew in the Azores

INÁCIO STEINHARDT

Tradutor, jornalista, ensaísta e estudioso do judaísmo em Portugal. Autor do livro *Raízes dos Judeus em Portugal*, entre outros.

Em memória de Fátima Sequeira Dias, a investigadora da história socioeconômica dos judeus nos Açores, falecida em 07/01/2013, com apenas 56 anos de idade.

A PRESENÇA DE JUDEUS NO ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES DEVE SER COINCIDENTE com o princípio do povoamento.

Em Portugal continental, deixou de haver judeus oficialmente em outubro de 1497, quando cerca de 200 mil judeus foram arrastados pela força às pias batismais e passaram a ser conhecidos como “cristãos-novos”. Sabe-se, porém, que uma pequena minoria, apenas alguns milhares apenas conseguiram se esconder e escapar à conversão, tentando depois fugir do país.

Em 12 de maio de 1501, quatro anos apenas depois da conversão forçada, uma caravela carregada com fugitivos, que pretendiam chegar à África ou ao Mediterrâneo, naufragou e foi rebocada para a costa da Ilha Terceira. Aos infelizes passageiros foi permitido desembarcar, mas num lugar afastado de Angra do Heroísmo, e foram aprisionados como escravos (HERCULANO, 1885, p.142).¹

Em 1536, foi estabelecido em Portugal o Tribunal da Inquisição, que logo se ocupou de investigar as possíveis heresias desses cristãos forçados, que continuavam a praticar em segredo os principais rituais da sua verdadeira religião. Proibidos de emigrar para o estrangeiro, o povoamento dos Açores, que então assumia mais vigor, forneceu-lhes uma oportunidade para escaparem aos espões do Santo Ofício.

No arquipélago, eles exerciam principalmente o comércio, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região. A presença desses judeus, feitos cristãos, era bem conhecida pela Coroa, que não se inibia de onerá-los especificamente, com fintas e empréstimos obrigatórios, sempre que o tesouro real estava necessitado (MERELIM, 1995, p. 30 e seg).

Não durou muito esse período de graça, pois já em 1555, o bispo de Angra, D. Jorge de Santiago, em visita pastoral, identificou alguns cristãos-novos, suspeitos de infrações às leis da religião cristã, prendeu-os e mandou embarcá-los para Lisboa, aos cuidados da Inquisição (BRAGA, 1996, p. 209). Fossem verdadeiras ou falsas essas suspeitas – e é lógico acreditar que muitas vezes eram justificadas –, os cristãos-novos viram-se novamente na contingência de procurar novas paragens para se salvarem. Um dos destinos preferidos foi o Brasil, e, dentro deste, o Estado do Rio Grande do Sul.² Isto não significa que tenha desaparecido totalmente o cripto-judaísmo nos Açores, pois ainda nos nossos dias se assinalam alguns sinais da sua presença.³ Um trabalho genético, realizado há poucos anos na Unidade de Genética e Patologia Moleculares (UGPM) do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES), de Ponta Delgada, chegou à conclusão de que 13,4% do DNA das ilhas é judeu (VIEIRA, 2005).

No início do século XIX, inicia-se um segundo período de estabelecimento de judeus nos Açores. São judeus praticantes, vindos do Marrocos, que chegaram quase simultaneamente a Portugal continental e aos Açores. Nos finais da era de oitocentos, a vida da população judaica do Marrocos não era fácil. As condições econômicas eram adversas, depois de sucessivas epidemias que haviam dizimado as populações locais. A situação política era instável, e, cada vez que falecia o sultão, natural ou violentamente, a sua sucessão era quase sempre decidida pelas armas. Isso colocava os judeus na sua situação de “tolerados”, à mercê de frequentes saques e *pogroms*. Não surpreende, portanto, que muitas famílias procurassem iniciar uma nova vida em países europeus, mais tolerantes. Eram, sobretudo, homens de negócios, que, nas suas terras natais, haviam desenvolvido negócios de importação com a Europa. Falavam várias línguas: árabe marroquino, judeu-árabe, hebraico, francês, inglês, e, nas possessões espanholas, o espanhol e o *hakitia* (língua judeu-espanhola, diferente da que se falava nos Bálcãs).

Desde finais do século XVIII, as autoridades portuguesas davam indícios de que a prática religiosa do judaísmo seria “tolerada” em território nacional. Em 1797, ocorreu um fato que veio lembrar à governação portuguesa a quase esquecida existência de uma “nação portuguesa judaica” fora do território nacional: um navio português naufragou, na costa do Suriname, e os seus tripulantes foram resgatados e acolhidos pelos membros da Comunidade Judaico-Portuguesa daquela colônia holandesa, que inclusive lhes falavam na sua própria língua portuguesa. Surpreendidos pelo apego daqueles judeus às suas origens, o governo do Regente D. João dirigiu-lhes oficialmente um convite para se estabelecerem em Portugal “onde gozariam da maior segurança e tranquilidade, pois que

nenhum daqueles motivos que deram causa à sua expatriação existem presentemente, debaixo da regência do augusto e iluminado Príncipe que nos governa” (AZEVEDO, 1921, p. 494-495). O convite foi diplomaticamente declinado por aqueles portugueses de antanho, com o pretexto de que optavam por aguardar que a sua segurança em Portugal fosse assegurada por legislação oficial.

Só no começo do século XIX viriam a se renovar as comunidades judaicas em Portugal. Os primeiros chegaram logo no princípio do século, quando a Inquisição ainda existia legalmente, ainda que muito enfraquecida. Viviam antes em Gibraltar, e eram oficialmente cidadãos britânicos, o que lhes oferecia uma segurança especial. A Inquisição só foi abolida em 1821. E foi, mais ou menos por essa altura, que chegaram os primeiros judeus do Reino de Marrocos. Os destinos preferidos foram o Algarve e os Açores. Uma questão cabível é: por qual razão escolheram o Algarve, e não Lisboa, onde já viviam os correligionários, marroquinos como eles, mas cidadãos britânicos de Gibraltar?

A proximidade geográfica com Marrocos pode ter sido uma das razões. No entanto, uma análise da história de Abraham Bensliman nos conduz também a uma pista bastante verossímil. Nascido por volta de 1760, em Mazagão, e residente em Meknés, Bensliman decidiu ir a Portugal depois de ter sido forçado a viver escondido no subterrâneo de sua casa, entre 1802 e 1808, para escapar aos frequentes saques de que os judeus eram vítimas. O destino escolhido foi Lisboa. Mas o empresário Jerônimo Martins, com quem mantinha relações de negócios, preveniu-o que, na capital, ainda havia influência da Inquisição e aconselhou-o a ir para Lagos. Aí, o imigrante judeu envolveu-se em grandes negócios, associando-se à indústria da pesca do atum. Ao mesmo tempo em que crescia economicamente, exerceu sempre a beneficên-

cia. Os pobres tratavam-no por tio Abraão. Abraham Bensliman faleceu em 1845. A sinagoga que ele erigiu em Lagos já não existe. Os poucos judeus que vieram estabelecer-se perto de Bensliman, naquela cidade do Algarve, juntaram-se à comunidade que se formara em Faro. Seu filho, Aarão Bensliman, mudou-se para Lisboa, de onde, por motivo de decadência econômica, emigrou para o Brasil, e depois, para Ponta Delgada, onde a sua família se uniria, por casamento, aos Bensaúde.⁴

O outro destino foi o arquipélago dos Açores. Logo teremos que perguntar também: por que os Açores?

Como homens de negócios, eles identificaram, nas ilhas do arquipélago, potencial para um comércio inovador e lucrativo. Na sua maioria, quando chegaram aos Açores, os judeus traziam estoques de tecidos para vender. Até então, a gente do povo daquela região vestia-se com roupas de linho, cultivado e tecido localmente, nas aldeias, em aparelhos primitivos, ou de tecidos de lã de carneiro, também de criação local. Alguns estabelecimentos vendiam tecidos importados do continente, mas, onerados pelo transporte e pelas despesas operacionais, atingiam preços que o povo comum não podia pagar. Os judeus recém-chegados ofereciam, agora, tecidos portugueses e ingleses, a preços inferiores aos dos comerciantes locais. Ao mesmo tempo, foram agregando a importação de mais produtos, complementares da sua atividade de varejo. Nomeadamente, o vasto campo das quinqui-lharias, que eram oferecidas para venda nos seus armazéns e lojas e que atraíam mais clientela. Isso causou uma revolução social. O comércio local tentou energicamente impedir legalmente a atividade comercial dos imigrantes. Outro argumento contra a presença dos comerciantes estrangeiros era o fato de que eles exportavam o dinheiro proveniente dos seus lucros, prejudicando os saldos

financeiros locais. Os judeus obtinham melhores condições para as suas importações, mediante letras de crédito, em moeda estrangeira. Na altura do vencimento desses instrumentos, iam ao Faial adquirir a moeda estrangeira, que ali chegava através de navios estrangeiros que vinham abastecer-se naquele porto. Logo empreendiam a viagem para Londres, levando as divisas para pagar as suas importações. O governo decretou então que eles seriam obrigados a cobrir as importações através da exportação de produtos açorianos. Iniciou-se assim uma era auspiciosa de exportação de laranjas e outros produtos açorianos para a Europa.

O antagonismo do comércio local viria a inverter-se quando os comerciantes se deram conta das vantagens que podiam obter, eles próprios, adquirindo por atacado as mercadorias importadas pelos judeus e vendendo-as no varejo a preços convidativos para a população, o que aumentava consideravelmente o volume dos seus negócios e a situação econômica dos Açores. Os produtores, por sua vez, beneficiavam-se dos volumes da exportação. Aí, os judeus passaram a ser bem-vindos. Também se integraram na vida social e cultural dos Açores, e foi-lhes permitido adquirir a nacionalidade portuguesa para si e para os seus descendentes.

Distribuição geográfica

Os primeiros judeus desembarcaram em Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, em 1819. Foram eles Abraão Bensaúde, Salom (Shalom) Buzaglo, Arão Benayon, Jacob Mataná, Isaac Sentob e Arão Aflalo.⁵

Em Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, o primeiro judeu de que há notícia, é Salomão Bensaúde,⁶ filho de Salom Assiboni.⁷ Não se sabe ao certo quando chegou, mas o primeiro documento em que é mencionado data de 1824. Sabe-se que foi para a Terceira como empregado de confiança de

seu primo Jacob Bensaúde, filho de Judah Assiboni (Bensaúde). Antes de 1834 mudou-se para Ponta Delgada.

Na Ilha Terceira, residiram algumas famílias judaicas importantes, como os Bensabat (de Mogador-Essaouira), os Levy (de Tétuan), os Benarus (de Maraquexe), famílias que, depois da dissolução das comunidades ilhoas, se distinguiram na comunidade de Lisboa e na alta sociedade da capital.

Porém, o mais emblemático dos judeus marroquinos da Terceira foi, sem dúvida, Mimon Abohnnot, cujo nome ficou conhecido na ilha, como o “Rabino e Deão dos Judeus”.

Mimon nasceu em 1800, em Mogador (Essaouira). Antes de completar 24 anos, embarcou para Lisboa, onde foi contratado pelo seu conterrâneo Salon Buzaglo, para trabalhar para ele como caixeiro-viajante nas ilhas dos Açores, com base em Angra do Heroísmo. Dois anos depois, por desavenças com o patrão, separou-se deste e estabeleceu-se por conta própria. Tinha loja de fazendas e panos, que importava da Inglaterra, juntamente com outras mercadorias, e exportava laranjas.

Por onde passaram, os judeus tiveram a preocupação de criar duas instituições: primeiro um cemitério, depois uma sinagoga. Isso envolvia, naturalmente, uma organização comunitária que os unia. O primeiro pensamento era sempre a aquisição de um terreno, para servir de cemitério para a comunidade. Só depois vinha a criação de lugares de culto, as sinagogas. A razão reside no fato de que a única exigência para a realização de atos de culto é a participação de dez correligionários varões. O local pode ser qualquer dependência numa casa particular; não necessita de um templo. Por outro lado, o terreno sagrado para a sepultura é imprescindível, porque aos judeus não é permitido fazer transladações. As campas são sempre perpétuas.⁸ Os judeus dos Açores não foram exce-

ção. Os judeus da Terceira tinham já um cemitério, ao qual deram o nome de “Campo da Igualdade”. As orações públicas eram feitas em casas particulares, por convite dos locatários.

Em 1833, nove anos depois de se estabelecer na Terceira, Mimon Abohnnot foi a Londres para casar-se, na sinagoga portuguesa de Bevis Marks, com Elisabeth Davis, natural daquela cidade. Em Londres, adquiriu também dois *Sifrei Torá* provenientes da sua terra natal. No prédio de sua propriedade, onde residia, constituiu uma sinagoga, na qual colocou os dois *Sifrei Torá*. Ele dirigia os serviços religiosos, pregava sermões, alguns dos quais deixou escritos por seu próprio punho, e, por sua iniciativa, realizou cerimônias religiosas para comemorar fatos da vida nacional, como o desaparecimento da epidemia da febre-amarela em Lisboa, no tempo de D. Pedro V, e o casamento de D. Luís I com D. Maria de Sabóia. Era consultado pelos judeus da ilha sobre questões religiosas e, quando necessário consultava, ele próprio, autoridades rabínicas superiores. Além dos textos de sua autoria, que deixou manuscritos, em hebraico, copiou, por devoção, pelo menos três livros de orações.⁹ Mimon e Elisabeth Abohnnot tiveram sete filhos. Não tiveram, porém, a ventura de deixar descendentes judeus mais do que por uma ou, em alguns casos, duas gerações.¹⁰ Pouco antes de falecer, em 1875, ele compilou mais um livro de orações, manuscrito, que dedicou a seu filho Jacob Abohnnot. Nesse livro, ele incluiu orações por sua própria alma e pelas dos seus antepassados, sua esposa, e seus filhos já falecidos. E recomendou aos seus futuros netos, que ainda não tinha, que soubessem que haviam tido uma avô piedoso e orassem por sua alma.¹¹ Do testamento de Mimon Abohnnot, cuja data desconheço, mas que é certamente anterior a 1866 (pois ele ainda pede comiseração para o seu filho mais novo, Moisés, “entrevado e idiota”, fa-

lecido nesse ano) extraí algumas passagens relevantes para o que contarei mais adiante:

Em nome de Deus Onipotente, Criador do Universo, declaro por este meu testamento e disposição da minha última vontade, que sou hebreu e professo na lei de Moisés dada por Deus no Monte Sinai, e na mesma creio e em Deus, e nessa crença espero viver e morrer. (...)

Quando Deus me chamar, o meu enterro desejo que seja singelo e sem aparato, sendo o corpo amortalhado em pano de linho branco, os restos mortais lavados, conforme a nossa religião, e entrado na sinagoga minha, caso eu faleça nesta cidade, e rezando salmos de David; e acabando a oração, conduzido ao Campo da Igualdade. (...)

Espero na bondade de meus filhos não esqueçam dizer oração por minha alma, porquanto, segundo a minha consciência, não fui mau pai, e recomendo-lhes a observância da nossa santa religião, em todo o sentido, assim como se conduzam bem sempre na sociedade com honradez, com o mais regular comportamento.

Se acontecer por algum motivo imperioso, que o jazigo hebraico desta cidade, denominado Campo de Igualdade, ser renovado do seu presente local, rogo aos meus herdeiros queiram encaixotar os meus restos mortais, e os de meu filho Abraham, e transportá-los com toda a cautela para Mogador, e aí serem enterrados no mesmo jazigo onde descansam meus pais.

Tal como se preocupou, ao redigir o testamento, com o futuro dos seus despojos mortais, não esqueceu também os dois *Sifrei Torá*, de Mogador, que havia trazido de Londres. Roga a seus filhos

que, se algum dia deixassem de viver na Terceira, cuidassem de mandar um deles para a sinagoga de Ponta Delgada, e o outro para Mogador. Sabe-se que um dos *Sifrei Torá* chegou realmente à sinagoga de Ponta Delgada e que posteriormente foi enviado, juntamente com os restantes que ali se haviam acumulado, para a sinagoga de Lisboa. O outro foi encaixotado e ficou aguardando, não se sabe onde, a oportunidade rara de um transporte marítimo de Angra do Heroísmo para Mogador.

Reminiscências judaicas nos Açores

Foram estabelecidos cemitérios judaicos na Terceira (1832), São Miguel (1834), Faial (1852) e São Jorge (DIAS, 2007). Todos estes existem ainda hoje, porque os descendentes da família Bensaúde, ainda que muitos deles já não sigam a religião judaica, assumem piedosamente, em memória dos seus antepassados, os custos da manutenção desses campos sagrados.

Existiram pequenas sinagogas, em casas particulares, em Ponta Delgada (onde chegou a haver cinco sinagogas em residências particulares), em Angra do Heroísmo, em Horta, e em Vila Franca do Campo (São Miguel), onde viviam apenas 20 judeus. Só uma foi instalada em edifício próprio, adquirido na cidade de Ponta Delgada, por um grupo de judeus liderados por Abraão Bensaúde, do qual faziam parte também seu irmão Elias Bensaúde, seu cunhado Isaac Zafrani, seu primo Salomão Bensaúde, Salom Buzaglo, José Azulai, e Fortunato Abecassis. Outras famílias conhecidas eram os Aflalo, os Benayun, os Sebag e os Delmar.

A comunidade judaica de Ponta Delgada foi, sem dúvida, a mais importante dos Açores. Embora não existam dados exatos, estima-se em cerca de 150 indivíduos o número dos seus membros. A sinagoga tinha, quase sempre, um rabino oficial-

te, e muitos dos seus participantes eram grandes letrados na lei judaica. Distingue-se, entre todos os rabinos, o reverendo David Zagury, de Mogador, autor de várias obras exegéticas, a principal das quais foi *Le David le Hazkir* (ver Amzalak, 1950). O reverendo Zagury dirigiu também uma yeshivá (academia rabínica) em Ponta Delgada. O último rabino da sinagoga de Ponta Delgada foi o reverendo Samuel Albo, que já lá se encontrava em 1883 e que faleceu depois de 1913. Suas duas filhas, Haliá e Rachel, ambas solteiras, continuaram a residir no edifício da sinagoga até ao fim das suas vidas, respectivamente em 1966 (com 96 anos) e 1970 (com 91 anos). Nessa época, já não havia serviços religiosos. A partir de então, foi Salon Delmar, que se dizia “o último judeu dos Açores” e já dividia o seu tempo entre Lisboa e Ponta Delgada, que se ocupou com a conservação da sinagoga.

O ocaso das comunidades judaicas nos Açores

A presença judaica nos Açores terminou cerca de meio século após o seu início. Por volta de 1873, as famílias judaicas começaram, uma após outra, a debandar e buscar outros rumos, quer na metrópole, quer no Brasil e outras terras.

Tal como a sua chegada, também a partida foi devida a razões econômicas. O declínio da produção e exportação da laranja e a imposição de um regime de pautas aduaneiras menos favorável levaram os negociantes judeus a procurar novas partidas para a sua atividade empresarial. Na segunda metade do século XIX, a comunidade judaica dos Açores já estava consideravelmente reduzida. Porém, de tal maneira marcaram o ambiente socioeconômico da região, que ainda hoje descendentes seus afirmam a sua presença e se distinguem como líderes da atividade empresarial dos Açores.

A importante exceção foi a família Bensaúde. Contribuíram para isso, uma visão empresarial a nível superior, a diversificação dos investimentos e a união dos patrimônios empresariais dos três ramos principais da família: os descendentes do patriarca Salomão Bensaúde, de Elias Bensaúde e de José Bensaúde. Todo este patrimônio se reuniu nas mãos de Vasco Bensaúde (1896-1938), cujos netos dirigem hoje as empresas do grupo.

Alguns empreendimentos ousados, como a Fábrica de Tabaco Micaelense, os investimentos turísticos, com destaque para a sociedade Terra Nostra, o desenvolvimento dos negócios de transporte marítimo e a fundação da Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos – SATA, ligaram o nome Bensaúde aos baluartes da economia os Açores. O Grupo Bensaúde fundou o Banco Micaelense, depois Banco Comercial dos Açores, hoje BANIF-Açores. Criaram a Parceria Geral de Pescarias, para a faina do bacalhau, e a Empresa Insulana de Navegação. Envolveram-se na indústria do açúcar, dos combustíveis, nos seguros, etc. Todos foram partindo, um a um; só os Bensaúde ficaram, empenhados em continuar a participar no desenvolvimento dos Açores, baseando-se em novas estratégias comerciais, acompanhando as necessidades econômicas da região. Depois das transformações políticas em Portugal, no último quarto do século XX, o Grupo Bensaúde transferiu novamente para os Açores a sede dos seus negócios, que haviam levado para Lisboa.

Quem chega hoje ao aeroporto de Ponta Delgada e segue pela estrada para o centro da cidade, encontra à sua esquerda, lá no alto, um bairro de vivendas, conhecido por “Pico do Salomão”. Foi construído por Elias Bensaúde, avô dos atuais proprietários, que ali têm as suas residências açorianas. O construtor deu-lhe o nome de Salomão Bensaúde, patriarca da família, cuja chegada a Angra do Heroísmo registramos acima. Eles são hoje “os Ben-

saúde dos Açores”, na terra que alguém já chamou de “os Açores dos Bensaúde” (DIAS, 2007).

Quase tudo quanto existe hoje nos Açores – e não existia no limiar da era de oitocentos – ou pertence ao Grupo Bensaúde, ou nasceu dos empreendimentos dos membros desta família. Entretanto, na Metrópole, filhos do industrialista José Bensaúde distinguiram-se como cientistas, cujas obras tiveram grande impacto: Alfredo Bensaúde foi o fundador do Instituto Superior Técnico, Joaquim Bensaúde foi historiador dos descobrimentos portugueses, e Raul Bensaúde foi um distinto médico. Matilde Bensaúde, filha de Alfredo, foi uma notável agrônoma.

Judeus de passagem

À medida que foram se extinguindo as comunidades judaicas nas diversas ilhas, foram fechadas as casas particulares onde se situavam as sinagogas. Os seus proprietários, com uma só exceção, não levaram consigo os *Sifrei Torá* que lá existiam. Transferiram-nos para a sinagoga central de Ponta Delgada, que continuava a funcionar.

Durante a Segunda Guerra Mundial, período em que Portugal recebeu refugiados judeus, um pequeno número deles foi estabelecer-se em Ponta Delgada. Quase todos chegaram a partir de 1938 e mantiveram-se até a década de 1950. Destacavam-se: o cirurgião alemão Dr. Friedman, muito conceituado; duas famílias de comerciantes Gordon e Katzan; Luser (Lazar) Sales, sem família, também lojista; e Philip Reich, que conduzia os serviços religiosos na sinagoga, aonde iam ainda alguns dos sefarditas marroquinos que ainda se mantinham na cidade, e que desempenhava também a função de *shochet* de carne *kasher*.

Em 1943, em pleno decurso da guerra, o governo português concedeu às forças aéreas britânicas

e americanas direitos de estacionamento na base aérea nº 4, situada nas Lajes, Ilha Terceira. No final do conflito, foi negociado o estabelecimento temporário de uma base aérea americana, lado a lado com a portuguesa. Entre as tropas americanas destacadas para aquela base, havia, quase sempre, alguns judeus. A Força Aérea mantinha ali uma capela ao serviço de todas as religiões e um capelão militar cristão. Por ocasião das principais festividades religiosas judaicas, era enviado um rabino-capelão para dirigir os serviços dos seus correligionários. Na década de 1960, um desses capelães obteve um avião militar para transportar os vinte soldados judeus a Ponta Delgada, onde as irmãs Albo (DIAS, 2007) lhes abriram a sinagoga para que eles ali realizassem as orações.

Também em abril de 1970, havia cerca de 30 judeus na base americana das Lajes, entre militares e suas famílias. Entre eles, um jovem capitão de 21 anos, Marvin Feldman, que havia estudado um pouco de religião quando se preparou para a sua *Bar-Mitzvá*, ato de emancipação religiosa do rapaz judeu, celebrado aos 13 anos. Então ele pediu que lhe fosse liberada a capela da Base, nas sextas-feiras à noite, para ali celebrar a entrada do *Shabat*. Era, sobretudo, um tempo de confraternização. Ele recitava as orações, alguma senhora trazia um bolo, um colega trazia uma garrafa de vinho, e ficavam no bate-papo. Um dia, ele notou que alguém entrava na capela e se sentava na última fila, junto à porta, enquanto ele fazia as orações. A capela dispunha de, mais ou menos, 400 lugares, e o grupo judaico ocupava apenas as primeiras filas. Então Marvin fez-lhe sinal para que se aproximasse, e convidou-o para se sentar junto a eles. Naturalmente, perguntou-lhe quem era. O homem apresentou-se como exportador de bordados das ilhas e explicou a sua presença por saber que era descendente de cristãos-novos, antigos judeus portu-
gue-

ses, forçados ao batismo. Marvin emprestou-lhe livros e convidou-o a vir todas as sextas-feiras. Assim aconteceu, até que o homem veio se despedir, pois ia emigrar ao Canadá. Pensaram em fazer também as orações de sábado de manhã. Mas, para isso, necessitariam de um *Sefer Torá*, que não tinham. O capitão Marvin Feldman começou a ser conhecido na ilha como o “padre” dos judeus da base americana.

No estacionamento do restaurante onde os oficiais costumavam almoçar, havia um vigilante que ganhava a sua vida lavando os automóveis. Um dia, quando Marvin foi entrar para o seu carro, o guarda dirigiu-se a ele, baixinho, quase sussurrando, e perguntou-lhe de onde ele era. “Dos Estados Unidos, claro.” “E os seus pais?” “Também eram americanos, por quê?” “Por que eu sou português, mas penso que o meu pai era judeu.” “E por que você pensa isso?” “Por que o meu pai não ia à igreja. Dizia umas orações por um livro, com letras estrangeiras, que tinha em casa.” “E você ainda tem esse livro? Pode mostrar-me?” “Já não tenho, porque mostrei ao padre, e ele disse que era melhor eu dar o livro para ele.”

Marvin começou a ficar intrigado. Sobretudo quando, em um dos seus passeios de automóvel pela ilha, deparou com o letreiro de uma aldeia: PORTO JUDEU. Passeou entre as casas, procurando sinais de *mezuzot* (pergaminhos guardados em pequenos estojos afixados nos batentes das portas das casas de famílias judias). Mas foi em vão. Então, onde viviam os judeus? Por que a aldeia se chamava “Porto Judeu”? Passando à porta de um estabelecimento de venda de vinhos, entrou e viu grupos de homens idosos, sentados em redor das mesas, bebendo copos de vinho que enchiam de jarros, que iam buscar ao balcão. Sentou-se com eles. Ele não falava mais do que algumas palavras de português. Disseram-lhe qualquer coisa, que aos

seus ouvidos pareceu “vintche”¹² e ofereceram-lhe um copo. Feldman foi também ao balcão, comprou um jarro de vinho, e ofereceu aos seus novos amigos. Em vão lhes perguntou pelos judeus e pela razão do nome da aldeia. “O mar aqui é bravo e por isso os pescadores lhe chamavam ‘judeu’”, foi o que lhe explicaram. Começou então a vir todas as semanas, trazendo um jarro de vinho para a mesa, e perguntando, perguntando, sem sucesso. Até que um dia, os homens lhe disseram: “O senhor está perguntando tanto por judeus, que nós não conhecemos. Mas temos aqui uma coisa judaica para você. Agora abra o porta-malas do seu automóvel.” E, detrás do balcão, tiraram um caixote de madeira, bastante sujo, com os pregos muito ferrugentos, e colocaram-no no bagageiro. Feldman ficou assustado. O que haveria dentro do caixote? O primeiro pensamento foi que se tratava de algum cadáver. Só passados 15 dias teve coragem de abrir o caixote. Calcula-se a sua surpresa ao encontrar dentro um *Sefer Torá* em pergaminho muito antigo.

Levou-o para a capela, e, a partir de então, começou a haver oração da manhã de *Shabat* para os judeus da base. Antes, porém, teve que resolver um problema: ele sabia ler no livro de orações, mas na *Torá*, sem pontos, não sabia. A solução chegou de um lugar inesperado. O capelão católico, quando viu a *Torá*, disse que tinha estudado no Vaticano e sabia ler a *Torá* em hebraico. Então, era ele que vinha todos os sábados à capela ler a *parashá* para os judeus.

A *Torá* de Marvin não tinha capa. Estava nua, em pergaminho, com uma faixa de pano a segurá-la. Quando se aproximou *Pessach* e ele recebeu uma carta de um rabino-capelão que havia sido nomeado para ir às Lajes e perguntava quais as suas necessidades para a festa, o capitão mandou-lhe as medidas da *Torá* e pediu-lhe para trazer uma *mapah* (manto) para a mesma. O rabino não só lhe

trouxe o manto, como também um ponteiro (*yad*) e um par de *rimonim* (adornos para os rolos de *Torá*, usualmente feitos em prata e em forma de romã ou coroa, muitas vezes dotados de pequenos sinos). O manto era em veludo azul, com franjas douradas, de modelo asquenazi, fechado em redor, e não aberto atrás, como usam os sefarditas. Eles, porém, não sabiam a diferença.

Marvin Feldman mandou fazer um armário de madeira, que foi colocado na capela, para guardar a *Torá*. O rabino ficou comovido com a *Torá* e convenceu-se de que seria anterior à Inquisição e teria pertencido aos cristãos-novos, judeus secretos. Estes, porém, não tinham nem podiam ter *Torá*. Teria de ser forçosamente dos judeus marroquinos que habitaram nos Açores.

Quando Marvin foi mandado de volta aos Estados Unidos, os rabinos insistiram que ele trouxesse consigo a histórica *Torá*. Ele, porém, entendeu, que o lugar daquela relíquia era nos Açores e deixou-a na capela da Base. Vinte anos mais tarde, ele teve curiosidade de saber o que tinha acontecido com a “sua” *Torá*. Escreveu ao capelão católico, mas este não sabia da existência de tal objeto. Procurou, mas apenas encontrou o tal armário e uma *Torá* pequenina, em papel, trazida por um dos capelãos-judeus. Não há, até hoje, explicação para o aparecimento da *Torá* na taberna de Porto Judeu, assim como não há explicação para o seu desaparecimento da capela da Base das Lajes.

Entretanto, na Ilha Terceira, não havia mais judeus marroquinos. Salomão Alves Levy, filho de Naphtaly Levy e de uma senhora católica, já não era judeu, segundo a *Halachá* (código religioso judaico), porque a mãe não era judia. Ele faleceu em 1962, muito antes do episódio de Marvin Feldman. Mas dizia-se “o último judeu dos Açores”. Sempre que sabia de orações judaicas realizadas na base das Lajes, ele ia lá. Quando não havia, reunia em sua

casa, em Angra do Heroísmo, um grupo de amigos católicos e comemorava com eles as festividades dos judeus. Quando faleceu, deixou, em testamento, o prédio em que vivia à Comunidade Israelita de Lisboa e à Associação Someh Nophlim, de ajuda aos pobres – com o ônus de celebrarem todos os anos uma cerimônia pela alma de seu pai e mandarem dizer uma missa numa igreja, pela alma de sua mãe.

Afinal não era o “último judeu”

Turistas e jornalistas judeus que visitam Ponta Delgada nas últimas décadas referem-se sempre aos seus emocionantes encontros com Jorge Delmar Soares, o homem que guarda as chaves do cemitério local e que salvou os últimos *Sifrei Torá* e adornos de prata que se encontravam na velha sinagoga, guardando-os em casa para depois entregar a representantes da Comunidade Israelita de Lisboa, para que os guardassem até melhores tempos.

“Em todo o Açores, eu sou o último judeu. Comigo terminará tudo.” Seu avô materno, Salom Delmar, foi o último judeu da sinagoga. Seu pai era católico, assim como são sua esposa e seus filhos. Mas ele sabe que, como filho de mãe judia, a *Halachá* judaica o tem como judeu. Por isso, a sua dedicação às “últimas” relíquias do judaísmo. Contudo, o próprio senhor Jorge Delmar Soares não tem uma explicação para o estranho evento que ocorreu na aldeia de pescadores Rabo de Peixe, na costa norte da ilha de São Miguel, em 8 de maio de 1997. Nesse dia, dois garotos locais, brincando entre as rochas, entraram em uma gruta escura e tropeçaram em um grande saco de plástico. Abrindo-o, encontraram uma *Torá*. Eles não sabiam o que era. Tiraram-lhe o “vestido”, queimaram o pergaminho com fósforos, venderam pedaços com aquelas “letras estranhas” a oportunistas da aldeia e, no dia seguinte, levaram alguns para

a escola. O professor de religião reconheceu logo que era hebraico. Uma professora teve a feliz iniciativa de ir com eles buscar os destroços que ficaram na gruta. Tudo foi entregue na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. Especialistas de Lisboa identificaram o rolo como uma *Torá*, e uma amostra foi enviada à Universidade Hebraica de Jerusalém, onde professores determinaram que se tratava de uma *Torá* escrita em Marrocos, por volta de 1700.

Entregue o objeto aos cuidados dos especialistas do Departamento de Restauro da Biblioteca Nacional de Lisboa, estes, com a ajuda do rabino da sinagoga de Lisboa, conseguiram restaurar o pergaminho, deixando em branco os espaços que ainda faltam e que não foram devolvidos pelos “investidores” que os haviam comprado aos meninos achadores. Era, portanto, um *Sefer Torá* de Marrocos, do século XVIII, e não, como inicialmente houve que supusesse, anterior à Inquisição em Portugal. Um pormenor escapou, porém, aos investigadores: o manto de veludo azul, com franjas douradas que cobria o achado na gruta estava costurado à máquina. E no século XVIII ainda não havia máquinas de costura. Além disso, a *Torá* era sefardita, marroquina, e o manto estava confeccionado em modelo asquenazi. A não ser que se verifique muita coincidência, estamos perante a *Torá* de Mimon Abohbot, encaixotada em Angra do Heroísmo para embarcar para Mogador, entregue ao capitão americano em Porto Judeu e desaparecida misteriosamente da base aérea das Lajes. Está atualmente exposta com todo o respeito, juntamente com o seu manto revelador, dentro de uma vitrine, numa das salas da Biblioteca. Tem um destino prometido: um museu que a Câmara Municipal de Ponta Delgada pretende criar no espaço da antiga sinagoga.

Esta esteve quase condenada. Suas portas e ja-

nelas foram arrombadas por narcômanos; os ratos estabeleceram-se livremente nos seus armários e nos bancos-gavetas da sala de orações; livros de orações, *talitot* (mantos de oração), *tefilim* (filactérios), espalhados, são os últimos testemunhos de uma vida judaica vibrante. Mas a Câmara conseguiu que o edifício fosse registrado em nome da Comunidade Israelita de Lisboa e celebrou com esta um acordo de aluguel pelo prazo de 99 anos, o que lhe permitirá resgatar a sinagoga, abri-la ao culto de eventuais grupos de turistas e criar um espaço museológico, para preservar a memória da vida judaica nos Açores.

Em Abril de 2006, a convite da Câmara Municipal de Ponta Delgada, visitei os Açores e fiz uma comunicação sobre a história da *Torá* de Rabo de Peixe. Fui, depois, convidado pelo Diretor Regional da Cultura (cargo equivalente, na Autonomia, a Ministro da Cultura) para fazer outra palestra em Angra do Heroísmo. Aí encontrei outro judeu, um cidadão britânico, aposentado, que reside na cidade há mais de 25 anos e que também assistiu à minha palestra. Combinamos ir almoçar juntos com as nossas esposas.¹³ Estávamos terminando a agradável refeição quando o meu telefone celular tocou. Era o senhor Romão, funcionário aposentado do Grupo Bensaúde, que, por ordem daquela família, se responsabiliza pela manutenção do cemitério “Campo da Igualdade”. Eu queria muito visitar o campo sagrado e desempenhar-me de uma missão que tinha prometido a mim mesmo. O senhor Romão, que até então estivera muito ocupado com seus assuntos particulares, telefonava-me para me dizer que agora poderia ir abrir-me a porta do cemitério. Pedi desculpa ao casal que nos acompanhava, explicando a situação. O senhor pediu-me então para o deixar acompanhar-me, pois há muito queria visitar o cemitério, mas nunca tinha conseguido que lhe abrissem a porta.

Então, perante as sepulturas de Mimon Abohbot, de sua esposa e de seus filhos, abri o livro de orações manuscrito por ele, e, juntamente com o meu novo amigo açoriano, lemos os dois a oração pela alma dos mortos, que Mimon tinha escrito para si próprio. Terminada a comovente cerimônia, o senhor Romão me chamou em particular e disse: “Sabe, eu tenho um problema muito grande com este senhor. Ele quer à força que eu lhe dê cópia da chave do cemitério. Eu não posso lhe dar sem autorização dos senhores Bensaúdes. Mas, se estes a derem, eu terei que declinar toda a responsabilidade, que até agora é só minha.”

Antes de me despedir do meu acompanhante, perguntei-lhe por que razão ele queria tanto a chave do cemitério. “É que eu sou o último judeu dos Açores. E, quando eu falecer, quero ser sepultado neste cemitério. Nunca se sabe quando isso vai acontecer, e o senhor Romão é muito difícil de encontrar para me abrir a porta!”

Eu penso que não haverá jamais o ÚLTIMO JUDEU DOS AÇORES.

NOTAS

1 Embora não esteja comprovado, pensa-se que o lugar do desembarque e do estabelecimento desses judeus seja o que ficou conhecido como “Porto Judeu”.

2 É suficientemente conhecida a larga presença de vestígios de tradições judaicas no Município de Glorinha, RS. Ver: KNOBELOCH, Márcio Darlan Rosa. “Presença judaica e seus afins na formação étnica nos primórdios dos açores: uma abordagem a partir de alguns estudiosos”. *Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST*. São Leopoldo: EST, v.1, p. 1125-1140, 2012.

3 António Ferreira Serpa, num opúsculo intitulado *Suum Cuique*, Porto, 1925, *apud* José de Almeida Mello, *Sinagoga Sahar Hassamaim de Ponta Delgada*, Ponta Delgada,

2009, refere os seguintes sobrenomes como pertencentes a cristãos-novos: Medeiros, Dias, Araújo.

4 São antepassados do ex-presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio. Sua avó materna era Sarah Bensliman Bensaúde.

5 Todos os nomes de origem hebraica ou árabe aparecem nos documentos com diferentes grafias, dependendo do funcionário que os ouvia ou copiava de outros documentos.

6 Sobre a vida de Salomão Bensaúde, ver Dias (2007).

7 Era este o nome hebraico original da família Bensaúde.

8 Essa circunstância explica um problema existente atualmente na Ilha da Madeira. Também ali não existe hoje qualquer comunidade judaica. O cemitério judaico do Funchal, localizado sobre a costa, encontra-se, há muitos anos, em adiantado estado de deterioração. Algumas campas já foram arrastadas pelas ondas. As autoridades locais propuseram a transladação de todo o cemitério para outro lugar. Porém, os rabinos que visitaram o cemitério mantêm-se relutantes em autorizar que “se perturbe o repouso eterno dos finados”.

9 Um deles, *Tefilat Yesharim*, foi recentemente adquirido pelo Museu de Angra do Heroísmo em um leilão.

10 Os principais fatos da história desta família foram publicados por Pedro de Merelim, (pseudônimo de Joaquim Gomes da Cunha, falecido em Novembro de 2002) no artigo *Os Hebraicos na Ilha Terceira* (Revista Atlântida, 1966) e no livro com o mesmo título (ver Referências).

11 Por obra do acaso, ou antes, da Divina Providência, tive oportunidade de adquirir este livro, há muitos anos, num alfarrabista de Lisboa. Ainda não conhecia, nessa altura, a história de Mimon Abohbot. Mas me comovi com a sua dedicatória e, de quando em quando, rezava por ele algumas orações.

12 “Vinho de cheiro” (a pronúncia popular açoriana tem tendência para silenciar as sílabas finais das palavras), um vinho de sabor amarelo, produzido de uma videira importada dos Estados Unidos, no período da praga da filoxera.

13 Não cito o seu nome, porque não tive oportunidade para pedir a sua autorização para o fazer.

REFERÊNCIAS

AMZALAK, Moses Bensabat. *O Rabi David Zagury, Rabino da Comunidade Israelita de S. Miguel (Açores) no século XIX*. Lisboa: s.n., 1950.

AZEVEDO, João Lúcio de. *História dos Cristãos Novos Portugueses*. Lisboa: Clássica Editora, 1921.

BRAGA, Paulo Drumond. *A Inquisição nos Açores*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996.

DIAS, Fátima Sequeira. “Salomão Bensaúde: antes cidadão português do que súdito britânico”, em Fátima Sequeira Dias, *Indiferentes à Diferença – Os Judeus nos Açores nos Séculos XIX e XX*. Ponta Delgada: Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico, Universidade dos Açores, 2007.

HERCULANO, Alexandre Herculano. *História da Origem e do estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Tomo 1. Lisboa: Bertrand Lisboa, 1885.

MERELIM, Pedro de. *Os Hebraicos na Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Ed. do autor, 1995.

VIEIRA, Luisa Mota. *Apelidos, genes e consanguinidade na população açoriana*. In: III Aniversário do site Adiaspora. com. Encontro – Planejando Estratégias de Sobrevivência Cultural Toronto, 2005. Disponível em: <http://www.adiaspora.com/_images/_article/_events/2005/3rd_Anniversary/LuisaMotaVieira-AdiasporaJan2005.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2013.